

CLIPPING IMPRESSO

08/09/2019



INDICE

1. JORNAL O DEBATE	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1 - 2
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. EVENTOS.....	3
2.2. INSTITUCIONAL.....	4 - 5
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. ASSESSORIA.....	6 - 7
3.2. AÇÕES TJMA.....	8
3.3. INSTITUCIONAL.....	9 - 13
3.4. PRESIDÊNCIA.....	14

Treinamento com titulares de cartórios do Maranhão para implantação do selo eletrônico

Página. 7

INAUGURAÇÃO

Treinamento com titulares de cartórios do Maranhão para implantação do selo eletrônico

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) promove, dos dias 3 a 6 de setembro, das 9h às 12h, treinamento geral para titulares de 283 cartórios do Maranhão, para a implantação do selo eletrônico. A atividade acontece no Centro Administrativo do TJMA, na rua do Egito, em São Luís.

A implantação – regulamentada pela resolução número 482019 – é coordenada pelo Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário e atende às metas do Conselho Nacional de Justiça



(CNJ).

O curso é realizado por especialistas da associação dos notários e registradores do Estado do Amazonas

e por assessores do TJ do Maranhão.

O novo selo utiliza o sistema de arquitetura unificada para informações no-

tariais e registrais (SAIUN). O sistema fornecerá informações ao Judiciário em tempo real sobre os atos praticados por notários e registradores, com transmissão automática dos dados, sem ingerência humana.

O cidadão poderá acessar as informações do selo eletrônico na página do judiciário do maranhão (www.tjma.jus.br), na sessão "serviços ao cidadão", no item "selos de fiscalização", ou por meio do QR Code do selo.

Prevenção é a palavra de ordem!

RUY PALHANO

Psicólogo clínico, com especialista em saúde mental.

É surpreendente as ações espalhadas por todo o país, e porque não dizer no mundo todo, tratando das questões relacionadas ao suicídio. A cada ano crescem os interesses e as iniciativas tomadas no sentido do enfrentamento dessa situação. Crescem também as pesquisas e estudos na direção desse tema e a cada dia nos aproximamos mais da realidade fenomenológica desse assunto e dos fundamentos de sua natureza.

Em artigo anterior, citei a pesquisa do Núcleo de Epidemiologia Psiquiátrica da Universidade de São Paulo (USP) a qual concluiu que 9,5% da população urbana brasileira já tiveram pensamentos suicidas e 3,1% tentaram tirar a própria vida. O resultado deste trabalho foi apresentado em 2016, às vésperas do Dia Mundial de Prevenção do Suicídio comemorado dia 10 de setembro em todo mundo.

Em um outro trabalho, 2009, Neury J. Botega e outros pesquisadores da Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, com o objetivo de estimar a prevalência ao longo da vida de ideação, planos e tentativas de suicídio em uma dada população, examinaram 515 pessoas residentes em Campinas, São Paulo, Brasil, usando para tanto entrevistas através do Estudo Multicêntrico de Intervenção no Comportamento Suicida.

Nesse estudo verificaram que 17,1% das pessoas examinadas nessa população, apresentavam ideação suicidas (pensaram em se matar), 4,8% delas planejavam o suicídio e 2,8% tentavam contra a vida. No estudo verificaram que o comportamento suicida foi mais frequente em mulheres e em adultos jovens e que em cada três tentativas de suicídio, apenas uma chegou a ser atendida em um serviço médico. Esse estudo epidemiológico encontrou prevalências semelhantes na maioria dos estudos desse tipo, realizados em outros países.

Apesar de ser um estudo realizado há 10 anos, permanece como referência pela relevância de seus achados. Ele deu margens para muitos outros estudos e proposições nessa área, pois nos forneceu uma visão bem re-

alista de como se distribui a ideação, o planejamento e a execução do suicida em uma população estudada. Chama atenção a necessidade imperiosa do poder público dispor de serviços e recursos assistenciais nessa área para impedir que quase 3% da nossa população chegue a se matar.

O impacto afetivo, econômico e social do suicídio, como um fenômeno médico e psicopatológico é gigantesco e sempre despertou muito interesse na esfera científica em uma grande quantidade de profissões humanas, mesmo assim, todo o conhecimento que se adquiriu até ao momento, ao longo de séculos de estudos e pesquisas, não nos garantem a plenitude de saberes sobre esse tipo de morte. Estudos de genética sobre suicídio, são a cada dia mais relevantes. A biologia, a neuroquímica, a psifarmacologia e os estudos clínicos são atualíssimos sobre esse assunto, mesmo, assim reconhece-se, a necessidade imperiosa de permanecermos estudando com profundidade esse assunto para termos um maior conhecimento e domínio em seu manejo.

Apesar de toda polêmica em seu entorno, um fato sobre suicídio é cada vez mais confirmado cientificamente, nós humanos em condições de saúde mental, no mais profundo significado dessa expressão, não nos matamos. Isto é, o suicídio é uma condição psicopatológica e está, absolutamente, relacionado à existência de doenças mentais. Muitos estudos que demonstram isso, apresentam prevalências distintas entre essas condições psicopatológicas, sendo a depressão a que mais, efetivamente, colabora com a sua prática.

Esquizofrenia, Transtornos Depressivos, Transtorno por uso de Substâncias, Transtornos de Personalidade Boderline, Transtorno Afetivo Bipolar, Dependência do Álcool e muitos outros transtornos psiquiátricos, psicológicos e sociais, colaboram para a expressão comportamental do suicídio, em distintas proporções. Esses conhecimentos médicos, epidemiológico, e psicossociais, associado às manifestações da população cada vez mais exuberantes, o esclarecimento científico cada vez maior sobre essa temática, o engajamento do poder público e institucional, a promulgação de Leis Federais, es-

taduais e municipais, sobre o assunto e o oportuníssimo rompimento dos tabus e preconceitos em torno dessa temática, vem colaborando para uma melhor abordagem e manejo desse assunto.

Aqui no Maranhão, entre tantas iniciativas importantes que vem ocorrendo nos últimos anos, destaco a “ Campanha designada Rede do Bem: estamos aqui para ajudar”, como uma contribuição valiosíssima, do Fórum Estadual de Prevenção da Automutilação e Suicídio, conduzida, competentemente, pelo Ministério Público Estadual, através do CAOP, que tem à frente a ilustre Promotora de Justiça Dra. Cristiane Lago. A bem da verdade, a criação deste Fórum foi uma proposta do Tribunal de Justiça do Maranhão, há alguns anos e hoje aglutina dezenas de instituições do poder público, instituições não governamentais e privadas, representativas do nosso estado que trabalham diretamente ou indiretamente com essa problemática. Dia 10 de setembro desse ano, a campanha Rede do Bem, ensinará dezenas de atividades no Teatro Odilo Costa Filho e áreas adjacentes na Praia Grande, tratando da temática, participem!

Além das ações do Fórum, as escolas, as universidades, empresas privadas e públicas, a igreja, hospitais e clínicas e a comunidade em geral, todas irmanadas em um só ideal, o de contribuir para prevenir depressão, suicídio e a automutilação. Destaco, também, a contribuição especial e importantíssima da Imprensa local, nacional e internacional, que em boa hora, abre suas portas de forma responsável e tecnicamente preparada, passa a colaborar com novas formas de lidar com tais eventos, rompendo com os tabus e preconceitos, que por anos, a amordaçaram e a silenciaram de forma brutal.

Prossigamos, a luta está só começando, daqui para frente é escancarar as portas para o debate, para o conhecimento e para iniciativas salutares no sentido de romper com os famigerados tabus e preconceitos e criar boas iniciativas na saúde, na educação, nas empresas e nas comunidades para ajudar milhões de pessoas que estão aí precisando de nossa ajuda.

ENTREVISTA

“Soluções novas para os velhos problemas”

Secretário das Cidades e Desenvolvimento Urbano, Rubens Júnior, é o preferido do PCdoB para a Prefeitura de São Luís e aposta no trabalho na pasta para chegar lá

DIVULGAÇÃO / PCDOB

Rubens Pereira Júnior é o pré-candidato do PCdoB para a Prefeitura de São Luís. Considerado por muitos o preferido do governador Flávio Dino, o deputado federal ocupa atualmente a Secretaria das Cidades e Desenvolvimento Urbano do Maranhão (Secid).

Após dois mandatos como deputado estadual, e em seu segundo como deputado federal, Rubens quer ingressar no Poder Executivo e, para isso, tem conduzido importantes iniciativas do Governo do Estado.



Perfil

Rubens Pereira Júnior, 35 anos, é advogado, formado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e mestre em Direito Constitucional pelo Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP).

Iniciou a carreira como Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Maranhão. Foi deputado Estadual no Maranhão por dois mandatos, nos períodos de 2006 a 2014. Em 2014, foi eleito deputado federal. Em 2018 foi reeleito para mais um mandato na Câmara Federal com 111.584 votos. Foi o candidato mais bem votado entre os reeleitos, e o 5º com maior votação em todo o estado.

No início de 2019 se licenciou do cargo de deputado para assumir a Secretaria das Cidades e Desenvolvimento Urbano do Maranhão (Secid).

Por que você quer ser prefeito de São Luís? Vale a pena ocupar o cargo,

ELEITO DEPUTADO FEDERAL EM 2018, RUBENS JÚNIOR COMANDA A SECID EM 2019

mesmo com a crise financeira?

Ser prefeito de São Luís é o sonho de qualquer liderança nascida aqui e que ama essa cidade. Mas hoje sou candidato exclusivamente a trabalhar pelo Maranhão e pela cidade que é a capital de todos os maranhenses. Os momentos de crise são exatamente aqueles em que a política precisa de quem vai lá e faz. De quem sabe trabalhar em meio a adversidade, seja política, seja financeira. De quem sabe pensar fora do tradicional e ter soluções inovadoras. Essa é a marca do meu trabalho tanto enquanto parlamentar, e agora na Secretaria das Cidades e Desenvolvimento Urbano (Secid) do governo Flávio Dino.

Cite três coisas que você considera fundamental para o futuro da capital?

Hoje a grande questão do país é desenvolvimento e emprego. Precisa-

mos gerar alternativas a partir das cidades para enfrentar a crise. Moradia e construção civil, infraestrutura e mobilidade, e a revitalização urbana e econômica do Centro Histórico são estratégias que a cidade pode desenvolver e dar respostas rápidas.

Quais seriam as coisas que você mudaria primeiro na capital?

Acredito que cada prefeito esforçou-se para dar o melhor de si, e que sempre é preciso dar passos adiante. Hoje o primeiro passo é amadurecer uma nova mentalidade, desafiar a crise, procurar soluções novas para os velhos problemas, ter foco no cidadão e em resultados. É assim que toco adiante meu trabalho na Secid. É assim que acredito que, quem quer que seja o próximo gestor municipal, deve procurar agir para que a cidade experimente um novo ciclo de avanços.

O cidadão não pode pagar o preço das brigas

Aliança entre a Prefeitura e o Governo do Estado é essencial para a gestão?

Sim. O cidadão não pode pagar o preço das brigas políticas. Tenho muita tranquilidade pra falar disso porque minha parceria com o governador Flávio Dino vem de longa data, quando poucos tinham coragem de trabalhar com ele, eu já estava ao seu lado.

E juntos, no Governo do Estado, creio que já estamos fazendo muitas coisas boas e mudanças profundas na cidade. Numa parceria você tem que fazer a sua parte, e como secretário, estou fazendo. Temos obras e ações nas áreas de habitação e desenvolvimento urbano acontecendo em toda a cidade.

Desde o maior programa de regularização fundiária gratuita da história de São Luís, 1.700 unidades habitacionais em fase de conclusão, milhares de beneficiados com o Cheque Minha Casa, até a urbanização da Avenida Jackson Lago e Ponta do São Francisco.

E com o governo federal?

Como eu disse, o cidadão não pode “pagar o pato” pelas brigas políticas. As diferenças precisam ser respeitadas – eu, por exemplo, não concordo com o governo Bolsonaro e não escondo isso de ninguém – mas as relações institucionais devem ser preservadas.

Foram inúmeros os exemplos enquanto deputado federal e Coordenador da Bancada, quando Temer era o presidente da República. Conseguimos reunir todos os parlamentares para defender o nosso estado.

Foi assim na duplicação da BR 135, e quando cortaram recursos do Fundeb. Também atuamos para a retomada das obras da Praça Deodoro e requalificação da Rua Grande. Mesmo sendo oposição, sempre agimos com responsabilidade.

Por que você merece o voto do maranhense?

Não devemos falar em eleições em anos ímpares. Este é o ano que todos precisam estar trabalhando bastante. O sucesso da última gestão estadual também se deve pelo foco. A verdade é que o povo está cansado de discussão sobre eleição a todo momento. Nós não podemos perder o foco e antecipar o debate eleitoral.

Em 2019, as energias devem ser focadas exclusivamente na gestão.

Estou secretário do governo Flávio Dino e o povo merece melhorias concretas. Este tem sido o nosso foco diário.

Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br



Na barreira do esquecimento

Há 40 anos era promulgada a controversa Lei da Anistia, que concedeu perdão a todos que cometeram crimes políticos, crimes conexos e crimes eleitorais entre setembro de 1961 e agosto de 1979. A anistia foi estendida ainda aos que tiveram seus direitos políticos suspensos, aos servidores públicos ligados à administração estatal, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais punidos pelos Atos Institucionais e Complementares durante a ditadura militar.

A Lei da Anistia não é um tema do passado, como muitos dizem. É um assunto atual, adiado por muito tempo, e que está sofrendo riscos de retrocessos no cenário que vivemos atualmente. O debate em torno da referida lei é extremamente necessário, para a uma avaliação da qualidade da democracia que o Brasil vem tentando construir nos últimos 30 anos.

A ambiguidade da Lei de 1979 teve dois ingredientes. Por um lado, significou a interrupção da perseguição política em larga escala com a capilaridade que vinha tendo através do Sistema Nacional de Informações (SNI). Significou também o retorno dos exilados e a libertação dos presos políticos, com a diferença de que os presos que estavam condenados pelos chamados “crimes de sangue” — como se falava à época —, ou seja, os condenados por terem tomado parte na luta armada, não estavam incluídos e ficaram de fora do texto final da Lei da Anistia.

Por outro, houve injustiças, pois aqueles agentes públicos que praticaram crimes contra a humanidade, torturaram, mataram e, portanto, também praticaram “crimes de sangue”, não viriam a ser investigados e, conseqüentemente, não vieram a sofrer responsabilizações sob o ponto de vista criminal. Assim, a seletividade que a lei estabeleceu foi prejudicial àqueles que foram perseguidos políticos. A sociedade organizada nos Comitês Brasileiros de Anistia queria a responsabilização dos torturadores. No entanto, a forma como o governo controlou esse processo impediu que isso viesse a acontecer.

Assim, a Lei da Anistia estabeleceu um tratamento discriminatório em relação aos perseguidos políticos. Ou seja, reverberou a seletividade da perseguição política e também impediu e trouxe um bloqueio para que se pudesse investigar os crimes praticados pela ditadura, caminhando, assim, em direções ambíguas.

A Lei da Anistia trouxe consigo um ingrediente de reposição do período de perseguição política, repetida em muitos dos seus artigos na Emenda Constitucional (EC 26/1985), que foi a que chamou a Assembleia Nacional Constituinte. A emenda repetiu os termos da Lei da Anistia de 1979 com uma mudança que diz respeito à definição do que seriam crimes conexos. A definição muito pouco precisa fez com que um julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade da referida lei, em 2010, ressuscitasse essa interpretação heterodoxa do conceito de crime conexo. O entendimento foi de que conexão criminal seria tudo o que se relacionaria a crime político, de qualquer natureza.

Dessa forma, a ditadura construiu uma interpretação para a ideia de crime conexo, afirmando que um eventual “crime” que o agente público teria cometido para perseguir quem praticava o crime político ou o crime que é conexo ao político, também seria considerado crime conexo. Isso é algo que não é sustentável em nenhum livro de Direito Penal ou reflexão acadêmica, teórica ou técnica, do Direito Penal. Foi um estratagema utilizado para anistiar os crimes dos agentes da ditadura sem assumi-los, sem dizer com todas as letras que estariam anistiados os crimes de tortura, de assassinato, entre outros crimes praticados, inclusive, por agentes públicos.

Essa foi a interpretação que na época da ditadura predominou. A interpretação da Anistia de 1979 alcançou uma elasticidade impressionante, inclusive do ponto de vista temporal. Ela vale para trás e para frente, vale de maneira muito aberta e generalizada, como uma forma de impedir que as investigações pudessem ir para frente. Uma das questões atuais da Lei da Anistia de 1979 está presente, sem dúvida alguma, nessa barreira de esquecimento e de silêncio que se impôs a partir da sua promulgação, com a desculpa e a referência institucional dela. Talvez esse seja um dos aspectos atuais mais evidentes dessa herança gerada na Lei da Anistia, com as limitações da nossa redemocratização.

Como uma boa parte da nossa democracia desse período que chamamos de República Nova se estabeleceu com a crença de que estávamos num processo ascendente de fortalecimento democrático, as deficiências da lei foram colocadas para debaixo

do tapete, sem o devido enfrentamento. Mas, agora, vivemos um processo social no qual essas questões não conseguem mais ficar onde estavam. Elas estão ressurgindo sem que possamos manter escondidos os desafios que foram postergados.

Precisamos lutar contra essa tendência, que é própria da modernidade, de querer pensar sempre para frente, no sentido de esquecer o que veio antes e de achar que o progresso é inevitável e linear. Não é. Se formos pensar numa sociedade mais justa e menos violenta, vamos olhar para trás e ver que não houve muito progresso.

Para podermos chegar nos pontos cegos da nossa sociedade temos que ter esse compromisso de conversar com o passado e de saber que a interpretação que temos do passado é determinante para o nosso presente e para o nosso futuro. Se não fizermos isso, andaremos às cegas. Um país violento como o Brasil clama por essa atitude. Devemos nos colocar entre aqueles que veem na rememoração da anistia brasileira e na discussão dela não um tema do passado, mas um tema atual.

CONCEPÇÃO

A formulação de políticas públicas no Brasil deixou de ser fundamentada em uma concepção pública de Estado e passou a ser elaborada a partir de uma concepção corporativa, o que explica, em parte, a dificuldade do Estado em elaborar políticas que satisfaçam as necessidades da população. Estamos quebrando a noção de política pública. O que chamamos hoje de política pública é, na verdade, política de incentivo aos interesses privados.

ULTRALIBERAL

O ultraliberal ministro da Economia, Paulo Guedes, surpreende ao assumir superpoderes no atual governo e disparar instruções de mudanças simultâneas e profundas em várias áreas da ação governamental. Estas estão destinadas ao fracasso por violarem a natureza da ordem social. Imaginada como interação de conseqüências pouco previsíveis entre atores munidos de opiniões e expectativas recíprocas, a ordem social é avessa a planos abrangentes e, pior, tendente a perverter as boas intenções dos planejadores.



***** E pra fechar...**

ÁGUA: A GRANDE TÔNICA DO SÉCULO XXI

O capital, sobretudo o internacional, há anos tem se interessado por um dos maiores recursos naturais que dispomos em nosso território: a água, que do ponto de vista estratégico é um dos elementos fundamentais que garantem nossa soberania.

A cada ano, observamos a ganância das multinacionais, se apropriando deste bem natural tão importante para a vida.

Segundo dados da Unesco, o Brasil envia para o exterior aproximadamente 112 trilhões de litros de água doce, o que equivale a cerca de 45 milhões de piscinas olímpicas.

Esse número nos coloca entre os maiores exportadores da chamada “água virtual”.

No Brasil, a quantidade de água voltada somente para a agricultura beira os 70% do consumo total, valor bem mais alto que os 20% correspondentes à indústria e os 10% voltado para o consumo doméstico.

Um quilo de chocolate é igual a 24 mil litros de água. Um quilo de carne a 15 mil 500 litros. Num simples copinho de café, 140 litros de água.

Ao longo da história, a água sempre foi motivo de debates e disputas. No entanto, o que foi algo em menor grau no passado pode tornar-se a grande tônica do século XXI.

(ANTÔNIO CARLOS LUA - JORNALISTA)

Kátia Persovisan
katiapsv@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br
Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>
Blog: <http://blog.jomalpequeno.com.br/persovisan/>



CONTEXTO

Central

Amanhã (9), o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, formalizam a instalação da Central de Digitalização de Processos do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). A instalação da Central vai acontecer às 10h, no Auditório Madalena Serejo, com a presença de representantes de outras instituições públicas do sistema de Justiça, advogados, juízes e servidores do Judiciário.



Mistérios

- Qual é a assessora jurídica de órgão estadual, que, por 'questões pessoais', não se conforma com decisões judiciais que a obrigam a contratar empresa que ela não suporta????!! Das duas uma: ou age profissionalmente ou o chefe terá que ter uma conversa muito séria com a 'dita-cuja'!!!



Ruy Palhano

Neuropsiquiatra, Prof. de Psiquiatria - UFMA

PREVENÇÃO É A PALAVRA DE ORDEM!

É surpreendente as ações espalhadas por todo o país, tratando das questões relacionadas ao suicídio e agora a automutilação. A cada ano crescem os interesses e as iniciativas tomadas no sentido do enfrentamento dessas situações. Só à guisa de informação, para demonstrar a relevância do tema, em artigo anterior, citei a pesquisa do Núcleo de Epidemiologia Psiquiátrica da Universidade de São Paulo (USP) a qual concluiu que 9,5% da população urbana brasileira já tiveram pensamentos suicidas e 3,1% tentaram tirar a própria vida. O resultado deste trabalho foi apresentado em 2016, às vésperas do Dia Mundial de Prevenção do Suicídio comemorado dia 10 de setembro em todo mundo.

Em um outro trabalho anterior, 2009, Neury J. Botega e outros pesquisadores da Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, com o objetivo de estimar a prevalência ao longo da vida de ideação, planos e tentativas de suicídio em uma dada população, examinaram 515 pessoas residentes em Campinas, São Paulo, Brasil, usando para tanto entrevistas através do Estudo Multicêntrico de Intervenção no Comportamento Suicida.

Nesse estudo verificaram que 17,1% das pessoas examinadas nessa população, apresentavam ideação suicidas (pensaram em se matar), 4,8% delas planejavam o suicídio e 2,8% tentavam contra a vida. No estudo verificaram que o comportamento suicida foi mais frequente em mulheres e em adultos jovens e que em cada três tentativas de suicídio, apenas uma chegou a ser atendida em um serviço médico. Esse estudo epidemiológico encontrou prevalências semelhantes na maioria dos estudos desse tipo, realizados em outros países.

Apesar de ser um estudo realizado há 10 anos, permanece como referência pela relevância de seus achados. Ele deu margens para muitos outros estudos e proposições nessa área, pois nos forneceu uma visão bem realista de como se distribui a ideação, o planejamento e a execução do suicida em uma população estudada. Infere-se a necessidade imperiosa do poder público dispor de serviços e recursos assistenciais nessa área para impedir que quase 3% da nossa população chegue a se matar. Nessa perspectiva, sabe-se que o impacto afetivo, econômico e social do suicídio, como um fenômeno médico e psicopatológico é gigantesco e sempre despertou muito interesse em diferentes áreas do conhecimento humano, mesmo assim, todo o acervo de conhecimento que adquirimos, ao longo de séculos de estudos e pesquisas, não nos garantem a plenitude de saberes sobre esse tipo de morte. Estudos de genética sobre suicídio, são a cada dia mais relevantes. A biologia, a neuroquímica, a psifarmacologia e os estudos clínicos são atualíssimos sobre esse assunto. Estudos sociais e psicológicos, são imprescindíveis mesmo, assim reconhece-se, a necessidade imperiosa de permanecermos estudando, cada dia mais e com profundidade esse assunto para termos um maior conhecimento e domínio em seu manejo.

Apesar de toda polêmica em seu entorno, um fato sobre

suicídio é cada vez mais confirmado cientificamente, nós humanos, em condições cognitivas e de saúde mental, no mais profundo significado dessas expressões, não nos matamos. Isto é, suicídio é uma condição psicopatológica, expressa um transtorno profundo dessa área e está diretamente relacionado à existência de doenças mentais. Muitos estudos que demonstram isso, apresentam prevalências distintas entre essas condições psicopatológicas, sendo a depressão a que mais, efetivamente, colabora com a sua expressão.

Esquizofrenia, dependência química, Transtornos de Personalidade Boderline, Transtorno Afetivo Bipolar, alcoolismo e muitas outras condições psicológicas, sociais e psiquiátricas, colaboram para a consecução do suicídio, em distintas proporções. Esse conhecimento médico e epidemiológico que existe atualmente, associado às manifestações sociais, cada vez mais participativas na busca de soluções, o esclarecimento científico cada vez maior sobre esse fato, o engajamento do poder público e institucional, a promulgação de Leis Federais, estaduais e municipais, sobre o assunto e o oportuníssimo rompimento dos tabus e preconceitos em torno dessa temática, vem colaborando para uma melhor abordagem e manejo desse assunto.

Aqui no Maranhão, destaco a **Campanha designada Rede do Bem: estamos aqui para ajudar**, como uma contribuição valiosíssima, do **Fórum Estadual de Prevenção da Automutilação e Suicídio**, conduzida, competentemente, pelo Ministério Público Estadual, através do CAOP, que tem à frente a Promotora de Justiça Dra. Cristiane Lago. A criação deste Fórum foi uma proposta do Tribunal de Justiça do Maranhão, há alguns anos e hoje aglutina dezenas de instituições do poder público, instituições não governamentais e privadas, representativas do nosso estado que trabalham diretamente ou indiretamente com essa problemática. Dia 10 de setembro, a campanha Rede do Bem, ensejará dezenas de atividades no Odilo Costa Filho, na Praia Grande, sobre o assunto, participem será muito importante sua participação.

Além das ações do Fórum, as escolas, as universidades, empresas privadas e públicas, hospitais e clínicas, todas irmanadas em um só ideal, o de contribuir para se prevenir o suicídio e a automutilação. Destaco, também, a contribuição importantíssima da Imprensa local e nacional, que em boa hora, abre suas portas de forma responsável e tecnicamente preparada, passa a colaborar com novas formas de lidar com tais eventos, rompendo com os tabus e preconceitos, que por anos, amordaçaram e silenciaram de forma brutal.

Prossigamos, a luta está só começando, daqui para frente é escancarar as portas para o debate, para as pesquisas, para o conhecimento e para iniciativas salutares no sentido de romper com os famigerados tabus e preconceitos e criar boas iniciativas na saúde, na educação, nas empresas e nas comunidades para ajudar milhões de pessoas que estão aí precisando de nossa ajuda.

São Luís, cidade do coração!



Por Sergio Victor Tamer

O aniversário de São Luís é sempre uma data que me toca muito especialmente porque eu completo, em 2019, 44 anos de atividades ininterruptas em solo ludovicense. Se nesse tempo todo não dá para ver um filme completo, pelo menos aqui algumas imagens posso recordar. E é inevitável que eu me transporte para aqueles momentos iniciais de emotiva lembrança quando iniciei minhas andanças pela esperançosa cidade dos anos 70.

Ao chegar em maio de 1975 pela Pará-Maranhão, estrada recém-concluída e de pavimentação impecável, fiz esse percurso em torno de 6/7 horas de viagem, tempo impen-sável para os dias de hoje pelas más condições de trafegabilidade. Não conhecia o Estado nem a sua Capital, salvo notícias que chegavam dando conta da transformação que iria se operar com a instalação do grandioso Projeto Carajás. Muitas empresas, de todas as partes, também se preparavam para chegar aqui com esse mesmo objetivo de mercado. A nova Meca brasileira dos negócios estava sendo anunciada. São Luís passou assim a ser o novo porto de chegada... Projeto Alcoa, Vale do Rio Doce e empresas satélites já esboçavam por aqui as primeiras ações e despertavam também o imaginário do cidadão comum... "São Luís vai virar Paris, está por um triz..." cantavam, com ufanismo, Gerude e Jorge Thadeu...

Tinha por missão empresarial passar um ano em São Luís, instalar a filial de uma agência de Belém no ramo da publicidade e logo após retornar para concluir meus estudos que já haviam sido iniciados na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará. De um ano previsto... já se vão 44 anos...e nem me dei conta...Cheguei dirigindo um pequeno carro, um Chevrolet Chevett, tendo como companhia um colega de trabalho em Belém, o maranhense Jamil Damous, (irmão de Laura Amélia Damous), ele recentemente falecido no Rio de Janeiro, onde morava e teve ao longo desses anos, brilhante atuação como redator dos programas especiais da TV Globo. Na minha bagagem, um saco de livros do meu curso de Direito, uma mala de roupas e muita expectativa com o que viria pela frente.

Jamil, que era sobrinho do saudoso vice-reitor Manoel Estrela, então no exercício do cargo de reitor pela ausência momentânea do reitor eleito José Maria Ramos Martins,

levou-me à Reitoria para tratar dos requisitos da transferência momentânea do meu curso. E um dos critérios definidos em Resolução pela Universidade, era demonstrar a minha vinda e a da minha empresa, em função do projeto Carajás.

Aliás, em todas as conversas e em todos os lugares naquele ano de 1975 o assunto que mobilizava a cidade era a chegada do progresso com o tão decantado projeto Carajás. Era então comum os estabelecimentos comerciais evocarem tão auspicioso momento ostentando placas com o nome daquele Projeto. Por coincidência, hospedei-me logo na "Pensão Carajás" que ficava na Rua dos Afogados, na ladeira que descia ao pé do Banco do Estado do Maranhão. Para saborear-se uma boa peixada ou uma caldeirada típica, atravessava-se a Ponte do São Francisco para ali encontrar-se a "Peixaria Carajás" na Avenida Castelo Branco, e assim por diante. O nome "Carajás" transmitia entusiasmo e esperança para todos!

Com toda essa euforia à minha volta, achei que havia chegado no momento certo e logo procurei um local para instalar a sede da empresa e iniciar os trâmites de minha transferência de curso. Não se precisa dizer que toda a cidade pulsava em torno da Praça João Lisboa e da Praça Deodoro e desses centros se irradiava por todo o seu belo e sinuoso traçado. Assim, em agosto de 1975, já estava eu instalado em parte do casarão que ficava na Rua da Paz esquina com a Rua de Santaninha, em plena Praça Deodoro. Casa que pertenceu à família do médico Renato Bacelar e de sua irmã a juíza aposentada Edine Bacelar de tradicional família da cidade de Brejo. O local era perfeito para se respirar o clima de São Luís de meados dos anos 70: uma cidade que começava a viver uma profunda transformação que somente iria se consolidar quase 20 anos depois.

O governador Nunes Freire, já indicado pelo presidente Ernesto Geisel e anunciado por Petrônio Portela, era aguardado em São Luís depois de uma cirurgia em afamada clínica de olhos de Belo Horizonte. O prefeito da Capital, nomeado pelo governador, viria a ser o engenheiro Bayma Júnior. Em outubro daquele ano iria acontecer a Expoema, um dos principais eventos do calendário anual do Estado. Para enfrentar uma agência de Goiás que nos anos anteriores fazia a confecção das peças publicitárias e a divulgação nacional da Exposição, reuni-me com as principais lideranças da comunicação do Estado: Lindenberg Leite, Mauro Bezerra, Cordeiro Filho, Nelson Farias e Rodrigo Caracas. Formado assim um pool de agências maranhenses, a conta foi conquistada e a divulgação, pela primeira vez, foi feita por empresas sediadas no Estado. Outras campanhas viriam a ser feitas pela minha empresa de publicidade, como a do relançamento do "Sabão Capri-cho", da Fábrica Ivesa de Venizelos Murad, que contratou o comediante Jô Soares para os comerciais da televisão.

Foi um início promissor para logo depois vivenciarmos um período de estagnação econômica, de baixíssima oportunidade comercial, em grande parte provocada por fortes embates políticos que viriam suceder-se, especialmente no plano federal, entre o grupo remanescente do ex-senador Vitorino Freire e o grupo do senador José Samey, com reflexos poderosos na economia do Estado. É que com a posse de Ernesto Geisel em 1974 na presidência da República, Vitorino, além de fazer Nunes Freire o governador

do Maranhão, voltou a ter uma certa influência em Brasília exercendo a partir daí notória ameaça à hegemonia política que há nove anos vinha sendo formada no Estado. Além disso, os efeitos econômicos do Projeto Carajás só iriam começar a ser sentidos pelo mercado a partir dos anos 80 já com João Castelo à frente do governo.

Mas o final dos anos setenta foram decisivos para a minha vida pessoal e profissional. Para preencher uma lacuna na imprensa da época, que não editava jornal às segundas-feiras, apresentei ao mercado editorial o semanário Folha de São Luís, que circulou por quase dois anos tendo como editor o jornalista Oliveira Ramos. Raimundo Melo em O Imparcial, Bandeira Tribuzi no Jornal O Estado e Ribamar Bogéa, no Jornal Pequeno, comandavam os principais jornais da cidade. Moreira Serra, na Rádio Ribamar, tinha grande influência política com os seus inflamados editoriais radiofônicos. Ao transferir anos depois o jornal para o combativo jornalista Walter Rodrigues, passei a dedicar-me mais ao estudo do Direito onde fui aluno, dentre outros grandes professores, de José Maria Cabral Marques que viria a ser nomeado reitor da Universidade Federal do Maranhão em 1979. Convidado a integrar a sua assessoria especial, acompanhei de perto todo o desenrolar de sua gestão por quase sete anos. Vi a UFMA crescer e se expandir para o interior com o lançamento dos Campi de Bacabal, Chapadinha e Imperatriz. No âmbito internacional, foram feitos os primeiros convênios com instituições da Europa, dos EUA, do México, da América Central e da América do Sul, enquanto as obras de ampliação do Campus do Bacanga ganhavam força. Trabalhar ao lado do professor José Maria Cabral Marques, naquele período, foi um aprendizado inigualável e eu peço permissão para prestar, aqui, minhas homenagens especiais ao emérito educador de sucessivas gerações e que hoje se encontra enfermo em sua residência.

Assim, os anos 70 terminavam e em apenas 5 anos eu já estava envolvido com aquela São Luís bela e encantadora, da terrasse do Hotel Central, da Praia do Olho D'Água e da vida pulsante em todas as ruas e becos do Centro Histórico. Os anos 80 iriam marcar o início da minha participação na vida jurídica e política do Estado. Formado em dezembro de 1980, proferi, em nome dos formandos, o discurso da Aula da Saudade, no Teatro Arthur Azevedo. Na mesa, o governador João Castelo, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Filgueiras e os professores Nivaldo Macieira e João Batista Ericeira. Da assessoria do reitor Cabral Marques, iniciada em setembro de 1979, passei a integrar, a partir de 1984, o quadro de procuradores da Instituição, mais tarde integrado à AGU, onde permaneci até me aposentar em 2011.

Em 1986, aos 35 anos de idade, amigos comuns me levaram até à presença do deputado federal Álvaro Valle, no Rio de Janeiro, onde assumi o compromisso de fundar o Partido Liberal no Maranhão. Organizamos então, no auditório da Associação Comercial, um Curso de Formação Política para que Álvaro Valle viesse ao Estado anunciar a fundação do Partido. Era o início da chamada Nova República e o desejo de participação política e partidária era muito grande. Convidamos para esse curso nomes como Maria Aragão, Jackson Lago, Bello Parga, Edison Lobão e os juristas Pedro Leonel Pinto de Carvalho e João Batista

Ericeira. O êxito do curso foi tão grande que o PL passou a estatuir, como meta programática e indispensável para lançar candidatos, cursos de formação política em todo Brasil. Fomos também o primeiro Partido, no Estado, a ocupar, por uma hora, o horário pré-eleitoral de televisão, ocasião em que adotamos, como tema do programa, a questão ambiental.

Mas foi com a eleição municipal de 1988 que o PL elegeu seus primeiros candidatos e revelou para a política nomes da importância de Pavão Filho, Tadeu Palácio, Lima Neto, João Bentivi, Vinicius Nagem e tantos outros. O puxador de votos naquela eleição foi o nosso candidato a prefeito Edvaldo Holanda que desequilibrou a eleição entre Carlos Guterres (então apoiado pelo governador Cafeteira) e Jackson Lago - permitindo assim a primeira eleição de Jackson a prefeito de São Luís. Nonato Aragão viria se juntar mais tarde ao Partido assim como o vereador Chaguinhas. Embora o apresentador da antiga TV Ribamar, Marco Antonio Vieira da Silva, fosse o primeiro deputado estadual a integrar o PL, em face da sua mudança de legenda, o primeiro deputado estadual efetivamente eleito pelo Partido foi Roberto Rocha nas eleições estaduais de 1990. Foram muitos os temas e as bandeiras levantadas pelo PL em quase dez anos em que estive à sua frente no Estado, de 1986 a 1995. Dentre os temas que apresentamos, teve destaque a estatização dos cartórios com a emissão gratuita de certidões de nascimento e o sistema de transporte urbano com a proposta de adoção do "ônibus-livre".

Desse período de militância política, guardo uma frase que gostava muito de citar: "Quem luta por causas justas, ainda que sofra fortes obstáculos e eventuais derrotas nos embates, não perde nunca, será sempre um vencedor". Por isso a dura realidade brasileira, com forte repercussão na situação sócio-econômica maranhense, antes de ser um desestímulo para o cidadão responsável deve, ao contrário, provocar-lhe uma reação permanente na luta pelas grandes causas. Daí entender a política como uma atividade permanente, inerente ao exercício da cidadania e voltada para o bem comum. A boa política não se faz apenas com cargos públicos mas com a participação viva e incessante em todos os assuntos de interesse geral.

Após um período de estudos no exterior e de dois anos, em Brasília, na presidência nacional do PR, partido que sucedeu o PL mediante fusão com o PRONA, retorno ao Maranhão para, por indicação partidária, assumir, em 2009 a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do governo de coalizão da ex-governadora Roseana Sarney. Em um ano e nove meses desenvolvemos ali cinco projetos federais de grande alcance social, dentre eles a Caravana dos Direitos Humanos, o Núcleo de Defesa das Vítimas de Violência e o Registro Civil de Nascimento, em parceria com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, ocasião em que procuramos interiorizar ao máximo as ações da secretaria. O Procon-online também foi criado naquela época voltado para agendamentos, reclamações e consultas.

Com a criação da Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária-SEJAP, em 2011, a atividade penitenciária foi apartada da Secretaria de Segurança Pública e foi então nomeado pela governadora para assumir a nova Pasta. A gestão que desenvolvemos na recém-criada secretaria ti-

na três eixos prioritários: organização, respeito e disciplina. O resultado do trabalho implementado por essa equipe pode ser constatado pelos dados que o Jornal Pequeno obteve junto ao Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, do Ministério da Justiça, e que foi traduzido no editorial de março de 2013, quando já havia deixado o cargo. São quatro décadas e quatro anos vividos intensamente em São Luís desde aquele distante ano de 1975 até os dias de hoje. Vim para passar um ano e já se passaram quarenta e quatro... Por certo, alguma coisa isso representou em minha vida... Por certo, alguma coisa isso tem a dizer para mim próprio... Havia caminhos outros a percorrer? Para o poeta espanhol Antonio Machado não há caminho...

“Faz-se caminho ao andar. Ao andar se faz caminho/ e ao voltar a vista atrás/ se vê a senda que nunca se voltará a pisar/...”

Mas ao vermos a senda vemos também a bela imagem de São Luís como aquela guardada em poema de Bandeira Tribuzzi:

“Vista do mar, a cidade/ parece humilde presépio/ levantado por mãos puras/ e em sua simplicidade/ esconde glórias passadas/ sonha grandezas futuras.”

Agora digo, para mim mesmo, que se passaram 44 anos e nem me dei conta do tempo... Tenho, porém, o consolo de ler o poema “Conta e Tempo” de Frei Antônio das Chagas, que aconselha:

“Deus pede estrita conta de meu tempo.
E eu vou, do meu tempo, dar-lhe conta.
Mas, como dar, sem tempo, tanta conta,
Eu, que gastei, sem conta, tanto tempo?”

Para dar minha conta feita a tempo,
O tempo me foi dado, e não fiz conta.
Não quis, sobrando tempo, fazer conta.
Hoje, quero fazer conta, e não há tempo.

Oh, vós, que tendes tempo sem ter conta,
Não gasteis vosso tempo em passatempo.
Cuidai, enquanto é tempo, em fazer conta!

Pois, aqueles que, sem conta, gastam tempo,
Quando o tempo chegar, de prestar conta,
Chorarão, como eu, o não ter tempo...”

Mas eu não quero chorar o tempo que passou, como dizia Chaplin em sua linda e imortal canção... Quero, sim, festejá-lo, como faço agora, comungando com todos os que vivem neste sofrida, mas sempre bela cidade, os seus 407 anos de fundação.

Viva São Luís, cidade de bravos, de poetas, escritores e heróis, mas, sobretudo, a cidade do coração!





Quebrando a rotina

Sob o som intercalado de bandas ensaiando para o 7 de Setembro, a polêmica das transferências de alunos para o curso de Medicina do Cesc/Uema dura há dias e quebrou a rotina do meio acadêmico caxiense instalado no Morro do Alecrim.

O insólito na questão, porém, é que o quiproquó se fez ouvir primeiro em São Luís, na Assembleia, e não na Princesa do Sertão, como seria comum nestas paragens de tantas intrigas e discussões político-partidárias. Trombeteado originalmente pelo deputado César Pires (PV), um ex-secretário estadual de Educação e ex-reitor da Uema, o parlamentar tem origem e militância no vizinho município de Codó, que compõe a região do Maranhão onde também está Caxias. Ou seja, além de já ter dirigido a Uema, Pires conhece bem a classe política e os meandros institucionais estabelecidos no leste estadual. Logo, tinha ciência do vespeiro em que ia se meter. E o resultado disso se viu na semana que foi, com os desdobramentos políticos e jurídicos subsequentes. Os silêncios, as omissões ou as correrias para tentar abafar o caso foram inúteis exatamente porque mais cedo ou mais tarde alguém terminaria por acender o pavio do barril de pólvora do qual já se ouvia falar em muitas bocas na cidade, embora dito em ambientes restritos... Só que entra aí a velha máxima: uma vez compartilhado nem que seja com uma só pessoa, o que era segredo deixa de ser segredo.

Mas a decisão do presidente do TJ/MA, Joaquim Figueiredo, que atendeu pedido da Uema para suspender as liminares do juiz Sidarta Gautama, da 1ª Vara de Caxias, não encerra a questão... A coisa ainda vai render, como se verá adiante.

Em copas

Falando nisso, o assunto 'transferências de alunos' se tornou tão 'delicado' que na direção do Cesc/Uema parece não haver ninguém autorizado a debulhar o tema. A instituição se fechou em copas... Quem fala é a UEMA.

Queimadas e saúde

Enquanto isso, na semana que agora começa, a Câmara de Caxias irá tratar dos temas das queimadas e da saúde regional... Embora muito pertinentes, as discussões em ambos manterão distância cautelosa da polêmica no Cesc/Uema.